

## **A Dinâmica Regional do Município de Alexânia-GO.**

**FRANÇA, Karla Christina Batista de.** Departamento de Geografia da Universidade de Brasília.

E-Mail: [karlinha@unb.br](mailto:karlinha@unb.br)

**LEITE, Silvia Silva Cavalcante.** Departamento de Geografia. Universidade de Brasília.

E-Mail: [silvialeite2001@yahoo.com.br](mailto:silvialeite2001@yahoo.com.br)

### **INTRODUÇÃO**

As redefinições do modelo atual de desenvolvimento caracterizado pelo aprofundamento da globalização, a implementação do modelo de acumulação flexível visando a reestruturação do ciclo produtivo do capital promovendo uma flexibilização do mercado de trabalho e da produção influencia diretamente na organização espacial favorecendo cada vez mais a concentração da produção, da circulação e do consumo das mercadorias.

Essas redefinições alteram a configuração das regiões. Compreendê-las, portanto, perpassa pelo entendimento do funcionamento da economia em seu contexto global e suas implicações de ordem política, econômica social de maneira diversificada na região.

Sendo assim, as regiões assumem novos papéis em consonância com o acúmulo de riquezas e do acirramento das desigualdades regionais. Portanto a região não se limita ao estudo do único, do particular e do singular e sim de sua forma multifacetada.

As regiões no contexto atual não possuem delimitações precisas, porque os elementos que a formam são variáveis em relação ao espaço, ao tempo e levando em consideração as outras regiões. Más (2001, p.10) comenta que:

Ciertamente, a nivel conceptual, la región nunca tuvo límites, ni sus elementos integrantes fueron estables y definitivos, ni sus escalas consideradas algo inamovible. Pero el nivel «material» de las regiones (esos objetos estudiados por los geógrafos) se ve completamente replanteado: se trata ya de otros ámbitos, otros referentes; se introduce una total heterogeneidad de criterios; las escalas y los tiempos se superponen.

A região se constitui em uma importante categoria de análise geográfica contribuindo para as políticas públicas regionais, os planejamentos regionais, as regionalizações, os regionalismos, mas integra diferentes possibilidades de ser trabalhada. É com a escola da Nova Geografia, que surge em meados da década de 1950, que aprofunda-se a relação entre geografia e planejamento regional, adaptando modelos voltados para a problemática regional como, por exemplo, a Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller, o modelo dos Pólos de Crescimento, de Francois Perroux, o Modelo Centro Periferia, de Friedmann, que foram largamente usados pelo Estado para delinear as regionalizações. Todavia, é na década de 1970, que a geografia preocupa-se com as especificidades das diferentes regiões.

As redefinições da economia mundial e, conseqüentemente da nacional, alteram a configuração das regiões, sendo elas conectadas com os interesses do grande capital recebendo inúmeros recursos financeiros - as regiões do mandar - enquanto outras regiões são marginalizadas socialmente e economicamente pelo grande capital - as regiões do fazer. De acordo com Santos (1988, p. 46):

[...] Compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a

intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia.

As regiões, portanto, devem ser compreendidas, como um processo em que parcelas do espaço são diferenciados sobretudo pela inserção do capital, da infra-estrutura disponível, das redes de circulação de transportes e as redes informacionais; a atuação do Estado e sobretudo pelas alterações nas relações de trabalho, as lutas de classes e a historicidade dos sujeitos sociais. Não podemos nos limitar a compreendê-las, apenas partindo dos processos de inserção do capital, tal lógica considera a região como palco para as ações, sendo que elas possuem dinamicidades, conteúdo histórico, que na maioria das vezes o capital cria meio de homogeneizá-los.

A relevância da temática regional e da problemática concernente ao recorte espacial elencado consubstanciam nosso interesse em analisar a inserção regional de Alexânia no GAB. Nesta condição, Alexânia, não é um fragmento, mas a própria totalidade contraditória em movimento.

Para o desenvolvimento da problemática, levanta-se a hipótese de que a “construção” do eixo GAB pelos agentes governamentais e empresariais transformam as relações econômicas, o que levou à profundas alterações como a densidade técnica a serviço da competitividade. Nesta direção, considera-se que o processo de produção e (re) produção do capital gera novos processos econômicos desiguais e desequilibrados territorialmente, nem todos os municípios tem acesso aos bens e a infra-estruturas que estão a serviço dos grandes investimentos. Neste sentido, compreendemos que os processos de crescimento econômico do GAB geram a fragmentação, a seletividade e não proporcionam um desenvolvimento regional em prol da sociedade, apesar de o governo goiano e os agentes empresariais se apropriarem do GAB como o exemplo bem sucedido de desenvolvimento.

## **CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PLANEJAMENTO NO BRASIL.**

Analisar a questão regional no Brasil é um desafio para muitos cientistas, pois intervir no espaço por meio de políticas de planejamento regional, para muitos, se vincula a ação do Estado autoritário do período militar brasileiro. Temos na atualidade, um Estado de caráter neoliberal que assume novos papéis, tornando-se flexível no que tange a liberdade de mercado e da iniciativa privada. O Estado renuncia o seu papel no que se refere às necessidades e direitos sociais da população. De acordo com Molina (2003, p. 517) “o Estado abre mão da política maior e colabora extensiva e sistematicamente com a política menor das grandes empresas, investindo em sistemas de mobilidade geográfica para o grande capital”. Nesse sentido, a flexibilidade da atuação do Estado, no que diz respeito à sua função política, se amplia a favor da atuação do mercado capitalista, agindo de forma intensa e veloz.

Logo, nessas condições fica evidente o enfraquecimento do Estado planejador, razão que levam alguns pesquisadores a defenderem o fim do Estado, da região, do planejamento regional. Em suma, a questão regional vista por alguns não teria relevância, não existiria na atualidade, em vista das redefinições do Estado frente ao período atual. Entretanto, Fiori (2001) numa crítica aos pesquisadores que defendem o fim do Estado enumera uma série de elementos que contrapõem-se a esse provável “fim”. Dentre esses elementos destacamos dois que se apresentam pertinentes e conectados com o discurso do fim das regiões. São eles:

- 1- Estamos vivenciando um novo ciclo de aceleração do processo de internacionalização do capital;
- 2- A aceleração do processo de internacionalização do capital é acompanhado de uma mudança radical no quadro da geopolítica mundial que tem seu início com o fim da Guerra Fria;

Ainda segundo Fiori (2001), o processo de reestruturação pelo qual o mundo passa tem se dado de forma diferenciada nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, dependendo das estratégias regionais e globais de cada Estado.

No caso brasileiro, desde a década de 30 época do Estado Novo o objetivo do desenvolvimento nacional estava centrado na política de substituição das importações no qual o Estado seria responsável por apoiar o crescimento da indústria por meio a criação das indústrias de base que dariam suporte para o desenvolvimento dos demais setores industriais. Várias indústrias e Institutos foram criados nessa época destacando: a Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores (1943) e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945). Os Institutos foram criados com objetivo de centralizar a política-administrativa por meio de uma ação interventora mais decidida do Estado na vida econômica do país. Destaca-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1938)- e o Conselho Federal de Comércio Exterior (1934).

Na década de 40 houve inúmeras tentativas de coordenar e planejar a economia e o espaço brasileiro, que podem ser resumidas, segundo Kon (1999) no Relatório Simonsen (1944-1945), nos diagnósticos da Missão Cooke(1942-1943), da Missão Abbink (1948), da comissão Mista Estados Unidos da América e Brasil (1951-1953) e no Plano Salte (1961). Assim como os do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e os da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Entretanto, em função desses diagnósticos, relatórios e planos possuírem medidas setorializadas e em grande parte visar apenas à questão orçamentária não constituem verdadeiras práticas de planejamento.

O marco do planejamento regional é a década de 1950. Entretanto é nos anos de 1960 que as evidências do planejamento são maiores, com o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e o Programa de Metas, e a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959. No período militar foram criadas a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) em 1967, e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) em 1969, na tentativa de promover uma política de planejamento regional.

A partir da década de 80, com o aprofundamento da revolução técnico-científico-informacional, as novas formas de acumulação do capitalismo nos países desenvolvidos passam a exercer forte influência mundial. Por outro lado, em países em desenvolvimento como o Brasil, esse processo impeliu a emergência de uma crise econômica que é refletida com mais intensidade em algumas regiões. Essa crise possui relevante influência nos investimentos em infra-estrutura, na medida em que esses são reduzidos drasticamente, provocando o solapamento dos serviços sociais. O planejamento regional segundo Araújo (1993) é desmontado aumentando ainda mais a crise.

Na década de 90, o processo de aprofundamento da revolução técnico-científico-informacional se coaduna aos preceitos neoliberais da desregulamentação da economia e conseqüentemente do planejamento regional, deixando para o mercado a alocação de recursos. No Brasil, os referidos preceitos se concretizam com a vitória de Collor à Presidência da República, transformando o projeto neoliberal em uma marca do período de redemocratização do país. Os resultados das eleições presidenciais de 1989 e de 1994, que elegeram Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, respectivamente, contribuíram para o abandono dos projetos regionais, acentuando o processo liberalizante das empresas estatais, no setor educacional, setor de saúde, entre outros. Por conseguinte, os agentes do capital aprofundam sua influência no desenvolvimento brasileiro, atuando significativamente em algumas regiões.

No segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2001), há a política dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID's), com o objetivo de conectar partes do território que interessavam ao capital através de corredores de exportações e dos macrosistemas de transportes para o escoamento da produção. No governo de Luís Inácio Lula da Silva, está sendo desenvolvido o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR – coordenado pelo Ministério da Integração Nacional (MI), no qual se destacam iniciativas por meio dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), além de reativações de superintendências, como a Nova SUDECO instituída em 2004 - do qual uma de suas metas abrange a RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno).

Os casos recentes de planejamento brasileiro como os ENID's e a PNDR delinea a contradição dessas políticas, enquanto os ENID's baseiam-se nos sistemas de transportes e produção destinados a exportação, a PNDR ao que parece avança no sentido de implantar políticas levando em consideração as regiões “excluídas” com enfoque na centralidade do urbano, nas relações intra-regionais e na natureza desigual do desenvolvimento.

De acordo com Leopoldi (2002), as ações recentes do Estado brasileiro podem ser resumidas pela política macroeconômica no qual a atuação do Estado manteve-se semelhante com a do regime militar (1964-1985), isto é, altamente concentrada que se aprofunda com o governo Collor. Num segundo momento, pode ser resumida pela desregulamentação da economia no qual houve uma descentralização do Estado e aprofundamento do Estado Neoliberal. Já num terceiro momento, a descentralização dos recursos e funções do Estado delegando aos Estados e Municípios o poder de decisão na aplicação dos recursos previstos na Constituição de 1988, por exemplo, as políticas do setor educacional, da saúde, assistência social; e no momento seguinte, a política industrial com a abertura do comércio ao mercado global, práticas protecionistas para os setores que foram afetados negativamente pela abertura do mercado, a política cambial, apoio aos produtos que se destinam ao mercado externo, como por exemplo, os gêneros agrícolas, “qualificação” técnica do trabalhador em parceria com os institutos como o Senai, Sebrae e o Sesi.

Diante desse cenário, objetivamos problematizar o Estado de Goiás enquanto recorte espacial para a análise da integração nacional, isto é, a inserção de Goiás no cenário brasileiro é uma forma de reordenação do capitalismo. Primeiramente optamos discutir as transformações das regionalizações do Estado de Goiás, posteriormente abordaremos sobre a capitalização do território goiano.

## **REGIONALIZANDO A POLÍTICA GOIANA:**

A regionalização pode nos dar uma imagem diferente dos processos econômicos e sociais, porque ao regionalizar, está-se distribuindo, agregando, espacializando os fenômenos naturais, econômicos, sociais, culturais e uma escolha pode, muitas vezes, camuflar outras possibilidades (ARRAIS, 2004).

Acerca do assunto, Limonad (2004, p. 58) comenta que as regionalizações para um mesmo território:

[...] são inúmeras e usualmente atendem a interesses extremamente precisos e este, parece-nos, é um primeiro ponto a não se perder de vista. Há que se considerar, ainda, que as regionalizações podem emergir da análise e reflexão conforme se destaquem ou não determinados elementos e fatores. Uma regionalização pode servir de base a propostas de desenvolvimento regional. Propostas estas cujo caráter irá variar conforme os objetivos a que se propõe atender.

Ainda para compreendermos a distinção e interligação de região e regionalização Ribeiro (2004, p. 195-197) diferencia a regionalização como fato e ferramenta:

A regionalização como fato depende da reconstrução histórica dos múltiplos processos que movimentaram e limitaram a ação hegemônica, [...] encontra-se vinculada aos jogos dinâmicos de disputa de poder, inscrito nas diferentes formas de apropriação (construção e uso) do território, [...] a análise da região correlata à regionalização como fato mobiliza interpretações que tocam, profundamente, as condições historicamente construídas da reprodução social, [...] a regionalização como ferramenta depende do conhecimento da regionalização como fato, já que desta advém recursos essenciais tanto à vida como ao lucro, [...] a regionalização como ferramenta é disputada pelo Estado, pelas corporações pelos movimentos sociais, sendo também contestada nos conflitos territoriais. [...].

A regionalização é um processo de subdivisão de parcelas do espaço que se fundamenta numa análise teórica e/ou prática de governos<sup>1</sup> para auxiliar na atuação das políticas de desenvolvimento regional para uma melhor administração. Os critérios utilizados para regionalizar um espaço envolve elementos naturais como relevo, hidrografia e aspectos socioeconômicos, políticos e culturais. De acordo com Limonad (2005, p. 58):

[...] as regionalizações possíveis para um mesmo território, espaço social, podem apresentar variações em função da finalidade a que se propõem a atender e poderão estar pautadas em modelos neoclássicos de localização – nunca suficientemente criticados ou esquecidos; em matrizes e análises fatoriais – modelos para isto não faltam, ou ainda ter por base concepções variadas desde as regiões funcionais até as regiões polarizadas.

Os estudos da Divisão Regional do IBGE tiveram início em 1941 sob a coordenação do professor/engenheiro Fábio Macedo Soares Guimarães. O objetivo de seu trabalho foi de sistematizar as várias “divisões regionais” que vinham sendo propostas<sup>2</sup>, isto é, uma única divisão regional, para fins práticos e, sobretudo, estatísticos. Na década de 1960 são retomados os estudos para a revisão da divisão regional em função das transformações ocorridas no cenário nacional.

No Brasil o conceito de regionalização é entendido por Duarte (1980) como diferenciação de áreas com conotações de classificação, instrumentalização, como processo<sup>3</sup>. No território goiano a regionalização segue os seguintes passos até alcançar o estágio atual.

No Estado de Goiás desde a fundação da capitania de Goiás em 1748 levando em consideração a diversidades das tribos indígenas, as características histórico-geográficas que foram consideradas pelos governos e habitantes para administrar o território.

O Estado de Goiás cresceu em contingente populacional levando essas características, *a grosso modo*, desde o governo do interventor Federal no Estado (1930-1933) Pedro Ludovico Teixeira houve a preocupação com a regionalização tendo em vista a enorme dimensão territorial (haja vista que o Estado de Goiás ainda não tinha sido desmembrado) do estado para que proporcionasse uma administração mais eficiente.

O governo de Mauro Borges (1961) é considerado a primeira experiência eficaz goiana de planejamento regional, em vista que Mauro Borges coordenou em seu governo o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás fundamentado no Programa de Metas de JK, um plano que modernizasse a economia além de ter criado as empresas e instituições em âmbito estadual para dar sustentabilidade ao processo de modernização; como a METAGO (Metais de Goiás), IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário), IQUEGO (Indústria Química de Goiás), CAIXEGO (Caixa Econômica do Estado de Goiás), OSEGO (Organização de Saúde do Estado de Goiás), SANEAGO (Saneamento de Goiás S.A.) – BEG (Banco do Estado de Goiás) e CASEGO (Cia Armazéns e Silos Estado Goiás) entre outros. O Governo Mauro Borges implantou uma regionalização

que dividiu o Estado de Goiás em nove regiões: Nordeste, Leste, Central, Médio Araguaia, Planalto, Mato grosso, Sudoeste, Sul, Estrada de Ferro.

O governo de Otávio Lage (1966-1970) dando seguimento a política de Mauro Borges, redefiniu o quadro regional propondo uma nova regionalização que abarcava as regiões: Palma, Crixás-Açu, Tocantzinho, Leste, Rio Vermelho, “Mato Grosso” de Goiás, Planalto, Alto Araguaia, Sudoeste, Meia Ponte, Estrada de Ferro, Paranaíba.

No ano de 1969, sob a tutela do Ministério do Planejamento, o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) dividiu o Estado de Goiás em doze “microrregiões homogêneas” que perdurou até 1989 que foram as seguintes: Serra Geral de Goiás, Alto Tocantins, Chapada dos Veadeiros, Vão do Paraná, Rio Vermelho, “*Mato grosso*” de Goiás (onde localiza-se Goiânia, Anápolis e Alexânia), Planalto Goiano, Alto Araguaia Goiano, Serra do Caiapó, Meia Ponte, Sudoeste Goiano, Vertente Goiana do Paranaíba.

Essa divisão regional baseou-se nos critérios de finalidades estatísticas, homogeneidade dos subespaços, a *expansão agrícola*, o meio físico como fator de delimitação espacial das novas microrregiões, considerando na medida do possível as regiões do governo de Otávio Lage (TEIXEIRA NETO, 2002).

Na década de 70 o governo de Irapuã Costa Junior (1975-1979) com seu Plano de Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo, segundo Borges (1998) O PICJ realizou uma análise do pouco dinamismo das empresas goianas reduzindo a atuação do Estado nas estratégias de desenvolvimento regional e propondo uma expansão da atuação privada.

Na década de 80 marcada pelo período de redemocratização brasileiro, época marcada em Goiás pelo governo de Íris Rezende (1983-1987) com o plano de governo Diretrizes e Proposições do Governo focado na mobilização popular, por meio de práticas associativistas, os chamados mutirões cujo objetivo foi construir casas as populações de baixa renda que não tinham acesso aos programas do Sistema Financeiros de Habitação<sup>4</sup>. De acordo com Silva (2003, p.78) o Estado tem uma posição menos ativa em relação ao planejamento:

[...] a ação planejadora em âmbito do Estado estabeleceu-se de forma menos ativa durante o Governo Íris Rezende, que balizou o discurso e as ações do Estado na capacidade sensitiva do governante e sua equipe No segundo mandato de Íris Rezende, de 1991 a 1994, essa tendência de depreciação do planejamento chega ao extremo de o Governo não elaborar um plano de gestão.

No Governo de Henrique Antônio Santillo (1987-1991) em que destaca como principal medida pesados investimentos na área de saneamento, o governo de Santillo é marcado pelo acidente radiológico Césio 137 (o acidente radioativo mais grave da América Latina) e suas terríveis conseqüências; que foi utilizado mais tarde contra seu governo como negligência pelos opositores, houve também o fechamento da Caixa por corrupção na administração pública. O Governo de Henrique Santillo realizou um novo projeto de regionalização para Goiás em que desaparece o conceito de microrregiões homogêneas para dar lugar às microrregiões geográficas que se baseavam em critérios socioeconômicos, relações de proximidade, interdependência dos municípios, reconstituição de regiões desenhadas naturalmente no espaço, como por exemplo, o Aglomerado Urbano de Goiânia (AGLUG), e a divisão das microrregiões que não formavam mais um todo homogêneo. De acordo com a regionalização do IBGE, o Estado de Goiás divide-se em cinco mesorregiões e 18 microrregiões.

No anos 90 com o Governo de Marconi Perillo tem se um resgate do planejamento por meio do Plano Plurianual - PPA (1999-2002) que tem como foco tornar o Estado de Goiás competidor e ser um pólo regional, disponibilizando vultosos recursos na área de transportes, produção de energia elétrica, telecomunicações, agronegócios, programas de

isenções fiscais para atrair grandes empresas, em especial, na região do GAB e Sul e Sudeste Goiano. De acordo com Silva (2003, p. 83):

[...] a 'estratégia I' do Plano Plurianual, propõe-se criar as condições infraestruturais, com recursos públicos (Estadual e Federal) ou em parceria com capital privado, recursos para investimentos em infra-estrutura econômica, fundamentais, segundo justificativa do governo, para o desenvolvimento da economia goiana num contexto de economia globalizada. Nesse sentido, esta é a área, ou como justifica o próprio Plano, 'a estratégia que recebe o maior aporte de recursos conforme previsto e definido pelo governo'.

Com a reeleição de Marconi Perillo têm-se a continuidade da política de fortificar o Estado de Goiás na economia global com a criação do II PPA 2004-2007 intitulado Plano Goiás Século XXI Avançar.

A Secretaria do Planejamento de Goiás (Seplan) redefiniu as regiões goianas através da divisão do IBGE e das leis Federal e Estadual, com algumas modificações para auxiliar a governabilidade e a distribuição de verbas. De acordo com a Lei do Programa Plurianual 2004/2007 adotou para melhor atuação dos investimentos dez regiões de planejamento, que são:

Região Metropolitana de Goiânia: composta por 11 municípios conforme a Lei Estadual n 27/99, que contempla mais 9 municípios integrados à Goiânia que denomina-se a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia-RDIG. Totalizando 20 municípios que são: Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantas, Caldazinha, Caturai, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Guapo, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.

Região do Entorno de Brasília: conforme a Lei Complementar da criação da Região Integrada do Distrito Federal e Entorno n 94/98 composta por 20 municípios que são: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Vila Boa, Vila Propício.

As demais regiões foram definidas como critério principal os eixos rodoviários para o deslocamento em direção a Goiânia, foram considerados pertencentes a mesma região de planejamento, sendo elas: Região Centro-Goiano (Eixo BR 153), Sul Goiano, Sudeste Goiano (estrada de Ferro), Sudoeste Goiano, Oeste Goiano (eixo BR 060), Noroeste Goiano (Estrada do Boi), a exceção são as regiões do Norte e Nordeste goiano que desde o PPA 2000-2003 foram delimitadas levando em consideração as características econômicas e espaciais como estratégias para as políticas de planejamento regional cujo objetivo visa minimizar os desequilíbrios entre as regiões.

Com as novas eleições chega ao poder Alcides Rodrigues (então vice governador de Marconi Perillo) em termos políticos não houve grandes mudanças e sim uma continuidade política, sendo lançado o III PPA 2008-2011, que reforça a concentração de investimentos em determinadas regiões, como o Centro-Goiano (onde localiza-se Goiânia-Anápolis) e o Sul e Sudeste Goiano em detrimento de outras, como o Norte Goiano.

O intuito ao esboçar acerca das regionalizações e governos goianos brevemente foi uma tentativa de contextualizar as transformações da organização do território goiano e como o governo estadual por meio das regionalizações vem capitalizando as regiões goianas, significativamente nos últimos 20 anos.

## **A MODERNIZAÇÃO NO/DO TERRITÓRIO GOIANO.**

O Centro-Oeste, financiado pelo Estado e em consonância com os interesses do capital, desde a década de 1930, tem sido alvo de políticas de migração, colonização, interiorização e integração nacional, cabendo destacar importantes marcos para a inserção do Centro-Oeste no meio técnico-científico-informacional: como a construção da Capital Goiânia, a construção da nova Capital Federal, Brasília, o desmembramento do Estado do Mato Grosso (1977), a criação do Estado do Mato Grosso do Sul (1979), a criação do Estado de Tocantins (1988), a construção de rodovias.

Com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO 1967-1990) houve a implantação na década de 70 de inúmeros programas de desenvolvimento regional como o Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, 1975-1979). Este compreendia três programas especiais sendo eles: o Pergeb (Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, 1975), o Prodepan (Programa de Desenvolvimento do Pantanal, 1974-1978), o Prodegan (Programa Especial da Região Grande Dourados, 1974), relacionados com a urbanização e a tecnificação da agricultura. Embora esses acontecimentos tenham ocorridos em períodos diferentes, foram fruto da ação do Estado como estruturador/interventor da integração nacional.

A reestruturação produtiva da agropecuária foi intensa a partir da década de 1970 e o Centro-Oeste se constituiu num “novo espaço” para a expansão da agropecuária baseado nos *commodities* para a exportação, atualmente o Centro-Oeste é um dos maiores produtores de soja no Brasil.

Os efeitos das políticas de desenvolvimento regional e os processos da tecnificação da agricultura no Centro-Oeste foram de suma importância para o desenvolvimento da economia e a urbanização das cidades. A modernização do território Goiano por meio da agricultura tecnificada acentua o desenvolvimento desigual e as seletividades dos espaços provenientes ao capital. Mendonça (2004, p. 179) chama atenção acerca da modernização da agricultura:

[...] a modernização da agricultura foi um esforço conjunto do Estado e de grupos empresariais nacionais e internacionais para transformar “as terras improdutivas” do Cerrado em celeiros agrícolas do país, mediante a utilização de fartos créditos, de subsídios para a importação de insumos e implementos agrícolas e da adoção de novas tecnologias. A idéia era transformar as áreas ocupadas pelos proprietários rurais tradicionais, trabalhadores/camponeses em áreas modernas.

Os efeitos das políticas de desenvolvimento regional se por um lado urbanizou o Centro-Oeste, por outro concentrou incentivos agropecuários, serviços sociais, renda em determinadas cidades, como por exemplo, no Estado de Goiás, com a concentração de serviços sociais, infra-estrutura em Goiânia, capital regional, a instalação de empresas agropecuárias no Sul, Sudeste e Sudoeste de Goiás em detrimento da acentuação dos processos de exclusão de outras regiões.

O crescimento da população no Centro-Oeste é reflexo das políticas de integração que incorporaram novas áreas à produção agrícola nos últimos 30 anos, como indica a tabela 01:



**Tabela 01: Crescimento da População no Brasil e na Região Centro-Oeste de 1970-2007.**

Estados	População Total			
	1970	1980	1991	2000
<b>Brasil</b>	93.115.882	119.002.706	146.816.455	169.799.170
<b>Centro-Oeste</b>	4.555.153	6.801.666	9.418.581	11.636.728
<b>Mato Grosso do Sul</b>	998.211	1.369.567	1.780.373	2.078.001
<b>Mato Grosso</b>	598.879	1.138.691	2.027.231	2.504.353
<b>Goiás</b>	2.420.571	3.116.473	4.012.562	5.003.228
<b>Distrito Federal</b>	537.492	1.176.935	1.598.415	2.051.146

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970-2000 e Seplan dos respectivos Estados e do DF. Organização: FRANÇA(2008)

A inserção do Centro-Oeste no meio técnico- científico-informacional trouxe também o aumento da população urbana entre as décadas de 60/80. O Centro-Oeste foi a região que mais cresceu sua população urbana, superada apenas pelo Sudeste, conforme mostra a tabela 02.

**Tabela 02: Crescimento da População Urbana (%) segundo as Regiões Brasileiras entre 1950-2000**

	1950	1960	1970	1980	1991	2000
<b>Brasil</b>	36,2	45,1	56,0	67,5	76,5	81,2
<b>Sudeste</b>	44,5	57,3	72,8	82,5	88,0	90,5
<b>Sul</b>	29,5	37,6	44,6	62,5	74,2	80,9
<b>Centro-Oeste</b>	24,4	35,0	48,3	68,0	80,8	86,5
<b>Norte</b>	31,5	37,8	45,1	51,5	57,8	69,8
<b>Nordeste</b>	26,4	34,2	42,0	50,5	60,6	69,4

Fonte: FIBGE.Censos de 1950- 2000.Organização: FRANÇA(2008)

Durante quatro séculos a economia goiana baseou-se na agricultura e pecuária extensiva e na mineração, uma economia de subsistência, constituindo um espaço quase “natural” e despovoado segundo o discurso dos agentes governamentais e empresarias que desconsideraram as relações sociais existentes. A Marcha para o Oeste, a criação da capital Goiânia e posteriormente a criação de Brasília, constituíram importantes marcos, pois integraram o Estado de Goiás ao restante do país. O Estado de Goiás passou pelo processo de modernização com papel significativo da agricultura tecnificada. Acerca do assunto Santos & Silveira (2004, p. 275) reiteram que:

[...] com a redescoberta do cerrado, graças à revolução científica-técnica, criam-se condições locais para uma agricultura moderna, um consumo diversificado e, paralelamente, uma nova etapa da urbanização, em virtude também do equipamento moderno do país e da construção de Brasília, que podem ser arrolados entre as condições gerais do fenômeno. [...] as novas relações espaço/tempo, cidades médias relativamente espaçadas (em contraste com áreas de velha urbanização, como o Nordeste) se desenvolvem com rapidez.

A modernização do território goiano fez se sentir tanto no campo quanto nas cidades por meio da tecnificação da agricultura, dos incentivos fiscais, da construção de rodovias, do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), da instalação do pólo metal mecânico, a edificação das duas capitais planejadas Goiânia (1937) e Brasília (1960) distantes aproximadamente 210 km, cuja complexidade do tecido urbano-regional se torna um desafio para os pesquisadores, o qual Arrais (2007) denomina de uma região multifuncional, polinucleada e fragmentada, a região Centro Urbano Goiana.

A região Centro Urbano Goiana ou o Eixo Goiânia Anápolis Brasília conhecido como GAB, não se constitui numa região de planejamento do IBGE ou da Secretaria de Planejamento Estadual Goiana (Seplan-GO Estadual), no entanto caracteriza-se como a região mais importante do território goiano para os agentes empresariais e governamentais, formada pelas áreas metropolitanas de Goiânia, Anápolis e Brasília e os municípios da microrregião do Entorno com aproximadamente cinco milhões de habitantes. Em destaque os Municípios de Goiânia, Anápolis e Brasília pela maior densidade técnica e informacional.

## DA UTOPIA MODERNISTA A REALIDADE: GOIÂNIA E BRASÍLIA

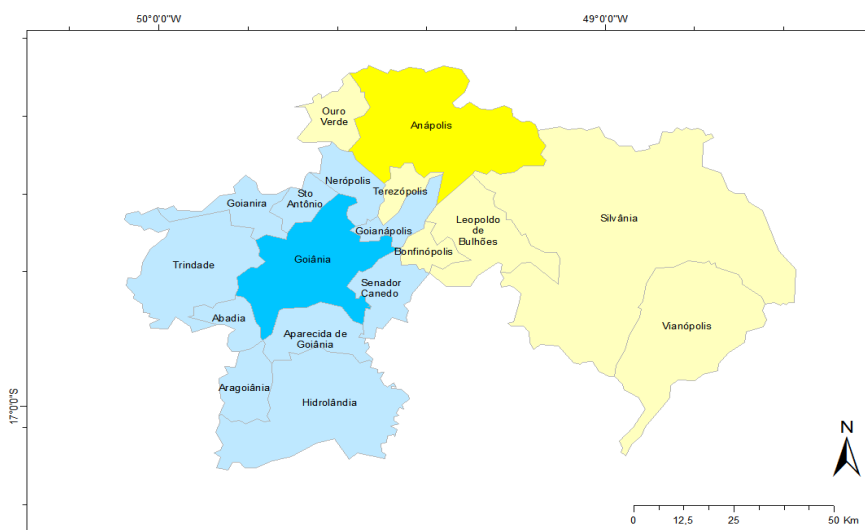
As duas aglomerações urbanas Goiânia e Brasília foram frutos de projetos arquitetônicos que representavam o “progresso” ainda que em períodos diferenciados. Mas como em grande parte das grandes capitais brasileiras, a estimativa prevista de população foi superada em pouco tempo, Goiânia prevista para 50 mil habitantes inserida no projeto Getulista e Brasília para 500 mil habitantes inserida no projeto de Juscelino Kubitschek, somando suas áreas metropolitanas Goiânia e Brasília hoje possui aproximadamente 1,9 milhão e 2,4 milhões de habitantes respectivamente.

Sobre Anápolis caracterizada como centro urbano localizado entre as duas aglomerações urbanas, considerada a segunda economia goiana, onde localiza-se o DAIA, importante Distrito agroindustrial (1976) do Estado de Goiás, a instalação da EADI (Estação Aduaneira do Interior), que por meio do Porto Seco realiza operações de importações e exportações, escoamento da produção conectando Goiás na escala Local, Regional e Global. A importância de Anápolis para o eixo GAB se faz pela articulação logística em âmbito regional, nacional e internacional.

Compreender a dinâmica regional dos 39 municípios que pertencem ao GAB (Mapa 01) e desmistificarmos a homogeneidade dessa área como a mais bem sucedida em desenvolvimento regional e que todos os municípios dessa região estão no rol dos empreendimentos dos agentes governamentais e empresariais necessita de pesquisas que possam desvelar essa realidade.

O eixo GAB possui um tecido descontínuo com pontos luminosos dotados de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades, são as decisões locais e regionais da produção em que se tem um controle endógeno do desenvolvimento local enquanto as verticalidades seriam a influência dos agentes externos (SANTOS, 1994).

**Mapa 01: Municípios do Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília<sup>5</sup>**





**Tabela 3 - População residente e crescimento anual 1991 - 2000 - 2005.**

Municípios	População residente		
	1991	2000	2005 (1)
Alexânia	16.472	20.047	22.287
<b>TOTAL DO ESTADO</b>	<b>4.018.903</b>	<b>5.003.228</b>	<b>5.619.917</b>

Alexânia possui uma área aproximada de 847,891 km<sup>2</sup>, com municípios limítrofes de Abadiânia, Corumbá de Goiás, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Silvânia (pertence a microrregião de Sudeste Goiano). Localizado aproximadamente a 124 km de distância de Goiânia e a 87 km de Brasília. De acordo com os dados abaixo das tabelas 03 e 04, a população residente de Alexânia vem aumentando no decorrer dos anos e possui uma taxa de urbanização próxima a média do Estado de Goiás.

**Tabela 4 - Taxa de urbanização de Alexânia 1980, 1991, 1996 e 2000 - 03.**

Municípios	Taxa de Urbanização (%)						
	1980	1991	1996	2000	2001 (1)	2002 (1)	2003 (1)
<b>ESTADO DE GOIÁS</b>	<b>67,55</b>	<b>80,81</b>	<b>85,78</b>	<b>87,88</b>	<b>88,36</b>	<b>88,82</b>	<b>89,27</b>
<b>Alexânia</b>	<b>51,26</b>	<b>57,67</b>	<b>58,83</b>	<b>79,49</b>	<b>83,26</b>	<b>86,45</b>	<b>89,12</b>

Fonte: FIBGE. Seplan-Go/ Sepin -Gerência de Estatísticas Socioeconômicas -2006.

(1) – Estimativa.

Fonte: Seplan/Go/ Sepin. Gerência Estatísticas Socioeconômicas-2003. Adaptada para a pesquisa.

(1) – Estimativa pelo método Logístico.

O perfil da população de Alexânia se modificou significativamente na década de 90 com uma taxa de urbanização elevada, o que nos faz inferir o aumento das atividades voltadas a indústria, comerciais e serviços na área urbana, em especial, no perímetro urbano da BR 060, que liga Brasília a Goiânia.

Os municípios que integram o GAB possuem aspectos diferenciados no que se referem à proximidade com Goiânia, Anápolis e Brasília, alguns sofrem influência de Brasília enquanto outros de Goiânia-Anápolis. Preliminarmente observa-se que Alexânia possui uma polarização significativa com Goiânia-Anápolis apesar de manter um movimento pendular de população com Brasília. Segundo os microdados do IBGE 2000 a população de Alexânia que se desloca para trabalhar e/ou estudar em outra cidade é superior a 60%, com significativa mobilidade pendular para Brasília, conforme observado pelas viagens de transporte coletivo diário no Anuário Estatístico de Transportes do ano de 2007, parcialmente, observamos que tal população não apenas se descola para Brasília.

**Quadro 01: Quantidade de Passageiros Transportados entre Brasília-Alexânia 2007.**

Trajeto	Número de Viagens	Transporte de Passageiros		
		Ida	Volta	Total
<b>Brasília-Alexânia</b>	730	1.595	6.767	8.362

Fonte: ANTT, 2007.

Consideramos de suma importância analisar as interações econômicas de Alexânia mais representativas, como, por exemplo, a agropecuária, indústria e serviços e de como estes setores vem tendo um crescimento a nível de representatividade no GAB.

Em termos econômicos Alexânia se destaca no crescimento da atividade agropecuária com destaque para a avicultura e na produção agrícola com um ritmo acelerado de produção da soja, devido a modernização da agricultura que condicionou o aumento da produção, do fluxo de transporte e a facilidade de acesso ao escoamento, pois o perímetro urbano da cidade encontra-se a margem da BR 060. No setor industrial, no ano de 2003 instala-se em Alexânia a cervejaria Schincariol com isenções fiscais do Governo de Goiás para a instalação. A Cervejaria Schincariol investiu aproximadamente 200 milhões de reais, o objetivo da empresa é garantir o mercado consumidor da região Centro-Oeste na produção de cervejas de 600ml.

### **PARA NÃO CONCLUIR:**

Alexânia possui pouco mais de 20 mil habitantes, não recebe um grande número de migrantes, em termos de peso na economia goiana sobre arrecadação de circulação de mercadorias possui reduzida representatividade, os municípios de Goiânia, Anápolis e Brasília possuem mais de 40% em termos de arrecadação e concentração sobre a circulação de mercadorias. Revelando uma forte concentração de serviços e arrecadação.

Entretanto o fato de Alexânia estar desenvolvendo um pólo de bebidas e recentemente a instalação da indústria Schincariol localizada as margens da BR 060 nos leva a refletir que Alexânia pode estar sendo inserida no rol dos empreendimentos dos agentes empresariais e do Estado.

Ainda que Goiania-Anápolis-Brasília tenha uma forte concentração é preciso olhar para os demais municípios que vem sendo inserido nessa lógica ainda que não possuam o peso econômico de Goiânia-Anápolis-Brasília, não podemos homogeneizar os 39 municípios que pertencem ao eixo GAB como mera estatística e sim mostrarmos seja a sua periferação, os processos de fragmentação, o seu crescimento, as suas especificidades.

Desse modo, concluimos parcialmente que as pesquisas regionais consideram o crescimento econômico como desenvolvimento regional, quando na maioria das vezes esse crescimento econômico não é repassado em serviço para a sociedade e sim utilizado para gerar e/ou fortalecer determinados grupos hegemônicos que atuam no eixo GAB, considerando-o como uma região ganhadora e/ou uma região do mandar conforme Lipietz (1988) e Santos(1988) denominam as regiões com forte peso econômico.

Desverlarmos o jogo econômico e político por de trás do “sucesso” do eixo GAB quando esse mesmo eixo que no discurso dos governantes pretendem implantar um trem bala,diga-se de passagem um projeto inviável; escamoteia os gravíssimos problemas sociais como desemprego, violência, serviços de saúde e educação precários, problemas ambientais.

As pesquisas regionais precisam considerar a heterogeneidade e especificidades das regiões e dos seus municípios, não apenas considerar os principais municípios em peso econômico, muito menos enumerar elementos numa região em comparação com outra região, como por exemplo, as diferenças regionais pelo viés da economia do Centro-Oeste e do Sudeste (onde localiza-se a megalópole São Paulo-Rio de Janeiro), ou comparar em peso regional da União Européia com o Mercosul. Interessante é compreender as diferenças regionais sejam entre o Centro-Oeste, ou a União Européia e o Mercosul e as implicações da acumulação flexível nesses fragmentos regionais, que por si só não são homogêneos, pois os atores locais e regionais não apenas atuam nessas

escalas, estão conectados à múltiplas escalas. E refletirmos sobre essas continuidades e descontinuidades são os desafios postos ao regional atualmente.

A contribuição da ciência geográfica para a compreensão da questão regional torna-se relevante, pois o regional é clássico nos estudos geográficos e desafiante no momento atual em que o processo globalizador busca uma visão homogeneizante do mundo. Como entender os processos globais e sua produção reprodução e transformação na região, que é o meio e produto desse processo dialético. A geografia (Regional) é um dos caminhos para essa reflexão!

Fica aqui o registro de que terminamos provisoriamente o artigo com mais dúvidas, questionamentos e que precisamos refletir um pouco mais sobre a geografia regional brasileira. Finalizamos o artigo com as palavras de Silveira (1999) “Através dos eventos de ordem global e da ordem local, o mundo como totalidade se afirma e se nega na região” onde o velho e o novo se entrelaçam!

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. A experiência de Planejamento Regional no Brasil. In: LAVINAS, Lena (Orgs.) **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. Hucitec, São Paulo, 1993.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Geografia contemporânea de Goiás**. Goiânia: Ed. Vieira, 2004.

\_\_\_\_\_. **A região como arena política**: Um estudo sobre a região urbana Centro Goiano. Goiânia: Ed. Vieira, 2007. 258 .

DUARTE, Aluizio C. **Regionalização**: consolidações metodológicas, Boletim de Geografia Teórica, vol. 10, nº. 20, Rio Claro, 1980.

FIORI, José Luís. **Brasil no espaço**. Vozes, Petrópolis-RJ, 2001.

IBGE. **Regiões de influencia das cidades**. Rio de Janeiro-RJ, 2000.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba.. **Dossiê Brasil**: Anos 90. Revista de Sociologia e Política. Número 18, v. 7-9, Jun 2002.

LIMONAD, Ester. Brasil século XXI – regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, Ester, HAESBAERT, R. & MOREIRA, R. (Org.). **Brasil século XXI – por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

LIMONAD, Ester. . **Desenvolvimento local, a questão regional, as novas tecnologias, alguns pontos para reflexão**. Revista Plurais –UEG/UnCSEH, v. 1, n. 2. Anápolis-GO, 2005.

MÁS, Abel Albet. **¿Regiones singulares y regiones sin lugares?** reconsiderando el estudio de lo regional y lo local en el contexto de la geografía postmoderna. **Boletín de la A.G.E.** N.º 32 - 2001, págs. 35-52

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**.. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciência e tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP, 2004.458f

MOLINA, Heloisa. Novos espaços alienados do Território Brasileiro. In: SOUZA, M.A.A. de. **Território Brasileiro: Usos e abusos**. Territorial, Campinas-SP, 2003.

PAVIANI, Aldo. **Brasília: Ideologia e realidade – espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto, 1985.

RIBEIRO, Ana Clara. Regionalização: fato e ferramenta. In.: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, R. & MOREIRA, Ruy. (Org.). **Brasil século XXI – por uma nova regionalização?** Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, Adailton Lopes Torres. da. **Estado, Planejamento e Gestão Pública em Goiás: os governos Mauros Borges e Marconi Perillo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) FCHF-UFG, Goiânia-GO, 2003. 114f

SILVEIRA, Maira Laura. **Um País, Uma Região: Fim de século e modernidades na Argentina**. São Paulo: FAPESP; LABOPLAN-USP, 1999.

TEIXEIRA NETO, Antônio. O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização. In: ALMEIDA, M.G de (Orgs.). **Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia: IESA/UFG, 2002.

---

<sup>1</sup> Entendemos que a regionalização não apenas é realizada pelos governos, mas também por grupos sociais e suas relações de cotidianidade.

<sup>2</sup> Acerca desse assunto consultar Magnago. R. bras.Geogr, Rio de janeiro, v. 57, n 04, p. 67-94, 1995.

<sup>3</sup> Acerca desse assunto consultar Duarte. Bol. Geogr Teorética, Rio Claro, 10(20) 5-32, 1980.

<sup>4</sup> No Governo Iris Rezende houve uma expansão desordenada de oferta de terras, isto é, a distribuição de terras a população de baixa renda sem o mínimo de infra-estrutura.

<sup>5</sup> Cartografia Digital elaborada: OLIVEIRA JUNIOR, Gilberto Alves, Outubro de 2008.